

CEDI

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Estado

Class.:

190

Data:

19.07.84

Pg.:

## Caingangues fixam prazo

**Chapécó** — Cresce a tensão entre índios e colonos na localidade de Sede Trentin (antigo Toldo Chimbanguê) com o recrudescimento da disputa pela posse das terras. A Polícia Militar destacou um efetivo policial para patrulhar a área e evitar que as divergências entre índios e brancos desembocuem em violências.

Distante 15 quilômetros da cidade de Chapécó, Sede Trentin é uma comunidade de prósperos produtores rurais. Ali vivem 217 famílias de agricultores e aproximadamente uma centena de remanescentes de Caingangues que habitavam o antigo Toldo do Chimbanguê. Nos últimos três anos, os Caingangues, liderados pelo velho cacique Clemente Fortes do Nascimento, passaram a reivindicar a posse das terras. Inicialmente, reclamando à Funai e depois ingressando na Justiça Federal com processo que pede a reintegração de sua posse, os índios iniciaram uma longa etapa de divergências com os produtores rurais.

Quando iniciaram a reivindicação pelas terras, os índios passaram a sofrer pressões dos agricultores e, segundo denúncia do Cimi, foram vítimas de intimidações, espancamento e estupro. Muitas acusações foram trocadas e a Fundação Nacional do Índio somente agora preocupou-se com o problema: técnicos da Funai estiveram na área para colher informações.

Agora, as posições estão radicalizadas. Os agricultores não admitem a hipótese de abandonarem as terras alegando que as compraram legalmente e que detêm títulos legítimos de posse. Os Caingangues fixaram o prazo de 5 de agosto: se até lá os brancos ainda estiverem na área vão expulsá-los à força. Para dar praticidade à sua advertência, o cacique Clemente Fortes do Nascimento antecipa que convocará todos os índios

de todos os grupos indígenas do Sul para a luta. O cacique fala sério e o próprio bispo de Chapécó, ex-presidente do Cimi e atual dirigente nacional da CPT acredita na capacidade de mobilização dos índios, advertindo que eles podem reunir até cinco mil, se quiserem.

Os caingangues querem as 80 colônias de terras férteis que são cultivadas pelas famílias brancas. Eles rejeitaram proposta para se transferirem às reservas indígenas de Xanxerê e/ou Nonoai (as mais próximas de Chapécó). Também rejeitaram proposta de se instalarem numa área de cinco colônias, próxima à Sede Trentin, que poderia ser desapropriada para fins sociais.

### CHIMBANGUE: UMA HISTÓRIA

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi, órgão da igreja que trata das questões indígenas no País, afirma que as terras pertencem, por direito, aos Caingangues. Revela que o número de famílias brancas que vivem na área não é superior a 120, incluindo nesse número cerca de 50/60 agregados e arrendatários. Os "ditos proprietários", agricultores com escritura, não passam de 65, segundo o Cimi. O Conselho informa que vivem ainda na área mais de 60 índios, enquanto outros 120 a 140 índios ali nascidos foram expulsos pelo processo de colonização branca.

A história da titulação da área em conflito foi investigada pelo Cimi. Em 1893, o governo do Paraná (a região pertenceu ao Paraná até 1917) concedeu título a José Joaquim de Moraes de um imóvel chamado "Barra Grande". Por uma medição judicial fraudulenta, o requerente do título avançou sobre as terras de outras famílias de colonos. Um mês depois de receber o título, José Moraes vendeu as terras a um filho da baronesa de Limeira, de São Paulo. O

comprador faleceu e, sendo solteiro, as terras ficaram para a sua mãe. Com a morte da baronesa, os herdeiros venderam as terras da Fazenda Barra Grande à empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia.

Nas escrituras de compra e venda e de ratificação de compra e venda entre os herdeiros da baronesa e a empresa Luce, Rosa, em 1919, uma das cláusulas fala de "intrusos na fazenda" — o que comprovava que havia ali muitas famílias que sempre moraram naquela área. Em 1939, memorial assinado pelos agrimensores da Luce, Rosa e Cia., registrado em cartório, reconhece a existência nas terras a Oeste do Rio Irani, na parte chamada de "Monte Alegre", de "100 famílias de brasileiros" — que eram os índios, entre Lamberdor e o Rio Irani, e os caboclos, a Oeste do Lamberdor.

O Cimi alinhava ainda outras provas: em 1942 e 1944, o Serviço de Proteção ao Índio — SPI realizou recenseamento entre os índios do Chimbanguê, cujos documentos estão arquivados no Museu do Índio. Lembra que as Constituições de 1934, 1937 e 1946 sempre consagraram que "as terras ocupadas pelos índios são inalienáveis". Apesar disso, em 1940, foram feitas as maiores vendas de terra da empresa Luce, Rosa e Companhia na área do Chimbanguê. A maior gleba foi vendida a Severino e Giocondo Trentin, em 1948, que a lotearam para colonos. Perto de 1950 começou a entrada desses colonos em Sede Trentin com pressões sobre os índios, queima de suas casas e outras agressões, segundo o Cimi.

Diante desses fatos históricos, o Cimi concluiu que existem realmente títulos de terra registrados em cartórios de imóveis, sobre a área do Chimbanguê, mas todos eles são de nenhum direito. A subseção da OAB/Chapécó, examinando a questão, emitiu o mesmo parecer.